

PURPER, Raquel. **Política no Corpo-Coletivo Mapas e Hipertextos**. Florianópolis: Universidade Estadual de Santa Catarina. Udesc. Doutorado em Teatro; Orientador Edécio Mostaço. Bolsa Capes.

RESUMO

A reflexão proposta refere-se à experiência compartilhada no Coletivo Mapas e Hipertextos, formado por artistas-pesquisadoras com semelhantes formações artísticas, porém com focos diferentes de pesquisa (acadêmica ou não). O Coletivo desenvolve pesquisas relacionadas a corpo, poética, ética, estética, espaços alternativos, política, presença/ausência, tecnologia. O objetivo principal do Coletivo é fazer com que a questão de pesquisa de cada participante seja contemplada na pesquisa geral do grupo fazendo com que, assim, cada integrante possa se sentir motivada e engajada. A questão de pesquisa abordada nesse artigo refere-se a um entendimento de política atravessado pelas noções de subjetividade, encontro e comum e em como as relações entre estes conceitos estão se tornando visíveis nos encontros do Coletivo, mais especificamente nas experiências dos processos de criação artísticos.

Palavras-chave: comum; corpo; política; subjetividade

ABSTRACT

The proposed reflection refers to the shared experience in Collective Maps and Hypermedia, formed by artists-researchers with similar artistic backgrounds, but with different research focus (academic or not). The Collective develops research concerning to body, poetics, ethics, aesthetics, alternative spaces, policy, presence/absence, technology. The main goal of the Collective is to make the research question of each participant is contemplated in the general survey of the group making, so each member can feel motivated and engaged. The research question discussed in this article refers to an understanding of policy traversed by notions of subjectivity, meeting and common and how the relationships between these concepts are becoming visible in the meetings of the Collective, more specifically on the experiences of the artistic processes creation.

Keywords: body; common; policy; subjectivity

Parto do entendimento do conceito de política de Hannah Arendt¹ para observar as relações desenvolvidas no Coletivo Mapas e Hipertextos, pois acredito que, para que eu consiga compreender como acontece a expressão política do corpo, preciso, primeiramente, observar como acontece a política nesse espaço de relações no qual um grupo de mulheres se reúne em prol da pesquisa em prática artística. Hannah Arendt (2004) entende que a política se estabelece como relação e é baseada na pluralidade dos homens – no caso do

¹ Filósofa política alemã de origem judaica

Coletivo, na pluralidade das mulheres - e trata da convivência entre os diferentes, ou seja, se organizam politicamente para certas coisas em comum a partir do caos absoluto das diferenças. No Coletivo, somos diferentes em que sentido? Nesse momento, uma das diferenças marcantes é de origem geográfica: somos nove mulheres oriundas de diferentes cidades, estados e até países. Duas são paranaenses, uma de Maringá e a outra de Curitiba; uma é da Paraíba, outra de Florianópolis, outra de Porto Alegre, outra nascida no Rio de Janeiro, mas radicada em São Paulo; outra paulista, outra de Lincoln, Argentina e mais uma de Montevideú, Uruguai.

Arendt (2004) além de ressaltar a questão da diferença, alerta também que os sujeitos se organizam politicamente para certas coisas em comum. No Coletivo, apesar das diferenças, temos um “comum” – o qual nos une e que, hoje, no meu ponto de vista, é a vontade do encontro e a aceitação do modo de operação do Coletivo que é questionar, continuamente, os modos de fazer e de se fazer visível em processos de prática artística. Compreendo o lugar do questionamento do “como fazer” como algo potencialmente político. Rancière (2010) alerta que a política não constitui uma busca pelo poder, e sim, um regime de distribuição do poder:

Porque a política, bem antes de ser o exercício de um poder ou uma luta pelo poder, é o recorte de um espaço específico de “ocupações comuns”, é o conflito para determinar os objetos que fazem ou não parte dessas ocupações, os sujeitos que participam ou não delas. Se a arte é política, ela o é enquanto os espaços e os tempos que ela recorta e as formas de ocupação desses tempos e espaços que ela determina interferem com o recorte dos espaços e dos tempos, dos sujeitos e dos objetos, do privado e do público, das competências e das incompetências que define uma comunidade política. (RANCIÈRE, 2010, p.46)

Além de questionar constantemente os modos de fazer dentro do processo de criação, temos também, no Coletivo, o regime de distribuição de poder. Cada participante tem espaço para propor e é motivado a isso. Não existe uma hierarquia na condução do processo de criação. São papéis móveis que são assumidos a cada momento de acordo com cada interesse. Se a participante A tem interesse em desenvolver um trabalho de coordenação motora que precisa ser realizado no início dos encontros, esse espaço será dado a ela. Se a participante B precisa experimentar a relação do corpo com algumas mídias, será viabilizada a oportunidade de fazê-la. Se a participante C está em um momento no qual só existem questionamentos sobre o que pode ser interessante em cena, o espaço da dúvida e da incerteza será respeitado.

A escolha de como cada sujeito-artista irá se disponibilizar ou não para essa relação de convivência entre os diferentes de que fala

Arendt (2004) define um espaço como político. O fato de escolher, por exemplo, entre ser sempre um locutor ou um interlocutor e o tempo de permanência nesse papel em um processo de prática artística, estabelece o tipo de relação que um sujeito irá travar com um determinado grupo. Essa observação pode ser encontrada também nas reflexões de Rancière (2010), o qual acredita que a arte é política quando ela “enquadra um sensorium específico de espaço-tempo e na medida em que esse sensorium define maneiras de estar juntos ou separados, de estar dentro ou fora, em frente de ou no meio de, etc”. (p.46) Esses posicionamentos – junto/separado; dentro ou fora; em frente de ou no meio de - definem a relação do artista com o espaço como política, pois envolve uma tomada de posição que age diretamente na distribuição do poder.

Para aprofundar a reflexão sobre o que seria uma expressão política do corpo, preciso compreender o que são os processos de subjetivação, aquilo que vai constituir a existência dos sujeitos – o que se mostra relevante para um estudo que quer tratar da política do corpo. Para Rancière (2009), a política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação que, compreendidos por Michel Foucault² (2009), são as escolhas estéticas e políticas por meio da qual se acolhe um determinado tipo de existência. Ou seja, o modo como cada artista se relaciona com seus parceiros de trabalho e com o espaço são determinados pelas suas escolhas políticas e estéticas.

Suely Rolnik³ (2005) acredita que as subjetividades, nos dias de hoje, constituem-se sem nome, sem endereço fixo e sem identidade e que estamos todos “sem casa”, ou seja, sem familiaridades de certas relações com o mundo, certos modos de ser, certos sentidos compartilhados. Félix Guattari⁴ e Suely Rolnik (1996) refletem sobre duas vertentes da subjetividade:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.33)

Abrir-se em direção aos outros e aos elementos que compõe o mundo é também uma escolha que determina o modo de existência nas

² Filósofo francês

³ Psicoterapeuta, crítica cultural, professora e integrante do Núcleo de Estudos da Subjetividade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

⁴ Filósofo e militante revolucionário francês

relações, isto é, a subjetividade e que vai orientar os modos de composições com o espaço. João Fiadeiro⁵ e Fernanda Eugénio⁶ (2012) acreditam que o encontro só é mesmo encontro quando a sua aparição acidental é percebida como oferta, aceite e retribuída e quando dessa implicação recíproca emerge um meio, um ambiente mínimo cuja duração irá, aos poucos, desenhando e inscrevendo uma paisagem comum. Os autores criticam as características de um viver sistemático, regado, sem abertura para incertezas, acasos:

Já é tarde para insistir em viver como se o consenso fosse possível ou mesmo desejável. Para insistir numa existência inabalável, que pretende saber por antecipação, apoiada num nexo apriorístico e transcendente: a cada coisa o seu nome, o seu enquadramento, a sua regularidade; nenhum susto ou risco, tudo explicado; tudo previsto. E isto, tudo isto, já não se sustenta mais. (FIADEIRO; EUGÉNIO, 2012, p.3)

Mesmo tendo como ponto de partida um encontro de diferenças, entendo o Coletivo como um ambiente que está começando a inscrever uma paisagem comum. Peter Pál Pelbart⁷ (2012) nos convida a pensar um corpo grupal como variação contínua entre seus elementos heterogêneos e como afetação recíproca entre potências singulares e questiona: como seria pensar a consistência do conjunto? O autor alerta que é preciso pensar a questão do comum quando se considera um grupo ou um conjunto humano.

Pelbart revela que, segundo autores como Antônio Negri⁸, Giorgio Agamben⁹ e Jean-Luc Nancy¹⁰ vivemos, hoje, uma crise do comum, ou seja, as formas que antes pareciam garantir aos homens um contorno comum e asseguravam alguma consistência ao laço social, entraram definitivamente em colapso e explica o que é esse comum que, segundo ele, não mais nos pertence:

Perambulamos em meio a espectros do comum: a mídia, encenação política, os consensos econômicos consagrados, mas igualmente as recaídas étnicas e religiosas, a militarização da existência para defender a vida supostamente comum. No entanto, sabemos que essa vida ou forma de vida não é realmente comum, que quando compartilhamos esses consensos, essas guerras, essa linguagem que fala em nosso nome, somos vítimas ou cúmplices de um seqüestro. (PELBART, 2012, p.2-3)

⁵ Coreógrafo português

⁶ Antropóloga e investigadora

⁷ Filósofo, ensaísta, professor e tradutor húngaro, residente no Brasil

⁸ Filósofo político marxista italiano

⁹ Filósofo italiano

¹⁰ Filósofo francês

Pelbart cita Paolo Virno¹¹ para postular o comum como um reservatório compartilhado feito de multiplicidade e singularidades em variação contínua. Pelbart alerta que, quando se compreende o comum como pura heterogeneidade não totalizável, ele nada tem a ver com unidade, muito menos com as figuras políticas ou midiáticas que pretendem representá-lo. Essas reflexões de Pelbart sobre o comum se relacionam com a ideia de encontro de Fiadeiro e Eugénio e também com a dimensão criadora dos espaços de incompatibilidade de Simondon. Comum é reunião de heterogeneidade, é imprevisibilidade, é correr riscos, é converter-se em criador na incompatibilidade, é o caos e a ruptura do equilíbrio que constituem a singularidade, são relações de expressão e criação com a própria subjetividade.

Além dessas facetas do comum que, visivelmente, para mim, estão presentes nos nossos encontros, outro “comum” – esse referente ao que é igual, ao que podemos chamar de acordo - que une as participantes do Coletivo é aceitar certo modo de operação – esse modo que congrega diferentes visões e que lida constantemente com a crise. E isso não deixa de ser um modo político de se colocar frente ao desenvolvimento de processos de pesquisa em prática artística – discutir a feitura, realizar experiências e estar em constante processo avaliativo. Nossa característica mais singular e, ao mesmo tempo, comum é o constante questionar e a aceitação desse modo de desenvolver a pesquisa dentro de um Coletivo, fazendo com que o nosso comum seja dinâmico, instável, heterogêneo, incompatível, porém provocador e motivador.

REFERÊNCIAS:

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

EUGÉNIO, F; FIADEIRO, J. **O encontro é uma ferida**. Excerto da conferência-performance Secalharidade. 2012. Disponível em: <<http://and-lab.org/wp-content/uploads/2013/08/O-encontro-e%CC%81-uma-ferida--final.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2014.

FOUCAULT, M. **Verdade e Subjetividade**. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

PELBART. Peter Pál. **Elementos para uma cartografia da grupalidade**. 2012. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/proximoato/pdf/textos/textopeterpelbart.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2014.

¹¹ Filósofo, professor e semiólogo italiano de orientação marxista

_____. **Indivíduo e potência.** IN IN: NEUPARTH, Sofia; GREINER, Christine (org.). Arte Agora. Pensamentos enraizados na experiência. São Paulo: AnnaBlume, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível:** estética e política. Traduzido por Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org; Editora 34, 2009.

_____. **Política da Arte.** In: Urdimento. Revista de Estudos em Artes Cênicas. n. 15, Florianópolis: CEART/UEDESC, 2010, pp. 45 – 59.

ROLNIK, Suely. **Subjetividade antropofágica** in LINS, Daniel (org). Razão Nômade. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

